

Cobrança – Autos 34.655/2010.

Autores: Marilene Bertão Santos e Outros.

Réu: Banco do Brasil S/A.

S E N T E N Ç A

I – RELATÓRIO

Marilene Bertão Santos e outros, todos já qualificados nos autos, propuseram **ação de cobrança** em face de **Banco do Brasil S/A**, também já qualificado. Alegaram, em síntese, que mantiveram contratos bancários junto ao réu, em determinado período, oportunidade em que aplicaram seus recursos financeiros, discriminados na inicial, em cadernetas de poupanças. Alegaram, porém, que o réu não aplicou corretamente os índices de 44,80% em maio de 1990 e 7,87% em junho de 1990, além dos juros remuneratórios correspondentes. Diante disso, requereram a aplicação e pagamento das diferenças desses índices que equivalem a R\$ 40.621,78 (quarenta mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos), mediante a procedência do pedido, observada sucumbência, salientando que ao presente caso não se aplica o limite de NCz\$ 50.000,00.

Em contestação (fls. 116/123), o réu arguiu incompetência territorial e prescrição. No mérito, defendeu a regularidade dos índices aplicados. Em caso de condenação, argumenta que a responsabilidade pela remuneração dos valores superior a NCz\$ 50.000,00 é do Banco Central não se enquadrando os autores em nenhuma situação especial que excepcione as regras previstas na Lei 8.024/90. Em conclusão, requereu a extinção do processo, com resolução do mérito, e, sucessivamente, a improcedência do pedido, aplicando-se aos autores os encargos legais.

Réplica às fls. 127/147.

As partes pleitearam pelo julgamento antecipado da lide (fls. 149 e fls.150).

II – FUNDAMENTAÇÃO

1 – Julgamento Antecipado da Lide

O julgamento antecipado da lide se faz autorizado com base no artigo 330, inciso I, do CPC, ante à desnecessidade de outras provas.

2 – Incompetência relativa

Embora a incompetência relativa deva ser arguida por exceção (CPC, art. 112), a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça mitigou o rigor técnico da norma e passou a admitir a arguição de incompetência relativa em preliminar de contestação, ao argumento de que o defeito não passa de mera irregularidade, a ser convalidada com base no princípio da instrumentalidade. Neste sentido, a jurisprudência:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ARGÜIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA RELATIVA. PRELIMINAR EM CONTESTAÇÃO. POSSIBILIDADE, DESDE QUE NÃO HAJA PREJUÍZO. 1. A teor do Art. 112 CPC, a incompetência relativa deve ser argüida por exceção, cuja ausência conduz à prorrogação da competência (Art.114, CPC). 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça mitigou o rigor técnico da norma e passou a admitir a argüição de incompetência relativa em preliminar de contestação, sob o argumento de que o defeito não passa de mera irregularidade, a ser convalidada com base no princípio da instrumentalidade. 3. Embora se trate de simples irregularidade, a argüição de incompetência relativa em preliminar de contestação só pode ser convalidada com base na regra da instrumentalidade se não resultar prejuízo à parte contrária. (CC 86.962/RO, Rel. Ministro

***HUMBERTO GOMES DE BARROS, SEGUNDA SEÇÃO,
julgado em 13/02/2008, DJe 03/03/2008).***

Fixado nesta premissa, conforme se extrai dos documentos que constam dos autos, com exceção da primeira autora (Marilene Bertão Santos), os demais, não apresentam domicílio ou residência nesta Comarca, não havendo, nos autos, qualquer razão fática ou jurídica plausível, para ajuizamento de demanda nesta sede.

Ao contrário, o foro de domicílio do autor, se consumidor, é norma de competência territorial absoluta, por se qualificar como norma de ordem pública, nos termos do art. 101, inc. I, do CDC, c/c art. 112, parágrafo único, do CPC.

Ademais, não consta dos autos qualquer dispositivo legal que autorize o ingresso em juízo com base no domicílio do escritório do procurador judicial, única circunstância que, à distância, poderia, em tese, justificar a opção trilhada. Contudo, esta opção não encontra respaldo legal. Nesse sentido, a jurisprudência:

“AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. AÇÃO FUNDADA EM DIREITO PESSOAL. PLURALIDADE DE AUTORES (LITISCONSÓRCIO ATIVO). DOMICÍLIOS EM LOCALIDADES DISTINTAS. RENÚNCIA AO FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. PREVALÊNCIA DAS REGRAS DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO CPC. CONTAS ABERTAS EM DIVERSAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS. COMPETÊNCIA DO FORO DO LOCAL DE CADA AGÊNCIA EM RELAÇÃO ÀS CONTAS NELA ABERTAS. RECURSO DESPROVIDO.” (TJPR – AI nº 673.115-1- Acórdão nº 18866 – 14ª Câmara Cível – Rel, Des. Guido Dobeli – DJ 30.06.2010)

Não bastasse isso, a situação fático-jurídica apresentada nos autos ofende, inclusive, ao princípio do juiz natural, porquanto não se pauta por critérios legais previamente estabelecidos, mas de exercício hermenêutico que conduz a uma conclusão não razoável. Neste particular, também já existem precedentes no Tribunal de Justiça do Paraná, observe-se:

(...) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. RELAÇÃO DE CONSUMO. CDC. COMPETÊNCIA. JUÍZ NATURAL. OBSERVÂNCIA. Quando for possível, de imediato, verificar que uma ação foi distribuída em desacordo com o princípio do juiz natural, estabelecido na Constituição Federal - artigo 5º, inciso XXXVII, não há qualquer irregularidade na declaração de incompetência do Juiz. Agravo de Instrumento provido.’ (TJPR, Agravo de Instrumento n.º 500902-9, Relator Desembargador Paulo Cezar Bellio, Décima Sexta Câmara Cível, acórdão n.º 9976, data da publicação no DJ. em 26/09/2008).

Por derradeiro, a situação detectada não autoriza concluir por qualquer facilitação da defesa em favor do consumidor. Ao contrário, o fato de estarem fora da Comarca de suas residências têm acesso dificultado aos documentos, bem como às instalações do Fórum de Londrina, o que não ocorreria se estivessem em seus domicílios.

Em suma, observa-se que parte dos autores não são domiciliados em Londrina, pelo que não há como presumir qualquer benefício quanto ao exercício do direito de defesa em relação a estes; ao contrário, a presunção, se há, é de maior dificuldade, pois a obrigação não foi contratada nesta Comarca. Diante disso, conclui-se pelo acolhimento da pretensão deduzida no que tange ao deslocamento da competência, nos termos do dispositivo.

3 – Prescrição

De acordo com o réu, nos termos do artigo 206, do CC/02, a pretensão deduzida já estaria prescrita. Contudo, segundo art. 2.028, do mesmo Código Civil, *“serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.”*

Nas ações de cobrança de diferenças de valores decorrentes de cadernetas de poupança, caso dos autos, o pedido de incidência de determinado índice de correção monetária, assim como os juros remuneratórios constituíam-se nos próprios créditos e não em acessórios, sendo descabida a incidência do prazo quinquenal do artigo 178, § 10, III, do Código Civil/16. No caso, tratando-se de ação pessoal, o prazo prescricional era de 20 (vinte) anos.

Logo, como na hipótese já havia transcorrido mais da metade do prazo fixado na lei anterior, o prazo prescricional, então reduzido pela lei nova, continua a ser o da lei revogada: 20 (vinte) anos, cujo lapso ainda não transcorreu.

4– Mérito

Com efeito, a pretensão deduzida consiste em aplicar aos saldos da caderneta de poupança diferenças decorrentes da legalidade da aplicação do IPC como índice de correção monetária, então extirpados do cálculo da inflação, quando da apuração do índice real que corrigira preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. Sobre a matéria, já há entendimento corrente e pacífico na jurisprudência no sentido de que o índice aplicável sobre os saldos da caderneta de poupança é aquele vigente

à época da sua abertura ou renovação, caracterizando a sua incidência em verdadeiro direito adquirido do poupador. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO IPC. PRECLUSÃO E COISA JULGADA. NÃO-OCORRÊNCIA. PRECEDENTES 1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacífico no sentido da legalidade da aplicação do IPC como índice de correção monetária na conta de liquidação de sentença. 2. É iterativa a orientação jurisprudencial do STJ de que os percentuais do IPC a serem aplicados nos meses de janeiro/89, março/90, abril/90, maio/90 e fevereiro/91 são, respectivamente, nos percentuais de 42,72%, 84,32%, 44,80%, 7,87% e 21,87%. 3. Consolidou-se a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não implica ofensa aos institutos da coisa julgada e da preclusão a inclusão dos expurgos inflacionários no cálculo da correção monetária, em conta de liquidação de sentença, ainda que essa questão não tenha sido debatida no processo de conhecimento. 4. Recurso especial provido. (STJ – REsp 252172/PR – Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – DJ 07/11/2005 p. 169).

No mais, embora alguns extratos apontem saldo superior a NCz\$ 50.000,00, isso não obsta a acolhida da pretensão. É que, como bem argumentaram os autores, a Portaria n. 63, de 23.3.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e as Circulares ns. 1.623 e 1.629, de 26.3.1990 e 28.3.1990, editadas pelo Banco Central, determinaram, com apoio nos arts. 18 e 21 da Lei n. 8.024/1990, a não submissão ao bloqueio instituído pelo Plano Collor I dos saldos de poupança titularizados por aposentados ou pensionistas. Nesse sentido, a jurisprudência:

“ILEGITIMIDADE "AD CAUSAM" - Ação de Cobrança - remuneração em caderneta de poupança - Plano Collor II (1991) - Instituição Financeira depositária - Saldo superior aos NCZ\$50.000,00, após a determinação de bloqueio e transferência pelo BACEN - Possibilidade - poupador que se qualifica como aposentado - Hipótese prevista no artigo 24 da Lei 8.024/90 c/c o art. 1º da Circular nº 1629 do BCB - Legitimidade passiva da entidade bancária-configurada - Apelação não provida” (Ap. Cível nº 7185046-9 - 17ª C.

de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo - j. aos 07.05.2008 - Relator Desembargador Maia da Rocha).

No que alude aos **juros remuneratórios**, a matéria em pauta tem como pressuposto valor a receber, a título de correção monetária, sobre as quais devem incidir juros remuneratórios (também chamados de contratuais) de 0,5% ao mês, por tratar-se de um contrato bancário de poupança, pelo qual se obriga a instituição financeira a pagar ao poupador a correção monetária – que representa a mera atualização em face da desvalorização mensal da moeda – e os juros remuneratórios, que são previstos contratualmente e que, como o próprio nome indica, remuneram as contas-poupança, em contraprestação ao depósito de dinheiro realizado e mantido naquela conta pelo período mínimo de um mês. Logo, pertinente e procedente o pedido formulado na inicial, neste sentido.

Por derradeiro, os cálculos apresentados com a inicial não foram infirmados, tampouco houve interesse das partes (ambas as partes – fls. 149 e 150), na produção de provas.

III – DISPOSITIVO

Em face do exposto, **acolho a alegação de incompetência relativa, nos termos requeridos às fls. 116 vº/117**, determinando-se o desmembramento dos autos principais, a fim de que passe a tramitar perante este Juízo exclusivamente em relação à autora residente em Londrina-PR e **julgo procedente** o pedido unicamente em relação à autora Marilene Bertão Santos, nos termos formulados na inicial, condenando, em consequência, o réu ao pagamento da importância de R\$ 1.034,42 (um mil e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos), acrescido de juros de mora, na ordem de 1% (um por cento) ao mês (CC/02, art. 406, c/c CTN, art. 161, § 1º), contados a partir da citação (CPC, art. 219 e CC/02, art.

405), além de correção monetária, observado o INPC, contada a partir do ajuizamento ação (Lei 6.899/81, art. 1º).

Por conseguinte, condeno o réu e os autores não residentes nesta Comarca ao pagamento das custas e despesas processuais – sucumbentes em relação à exceção de incompetência, mediante rateio em igual proporção, ou seja, 50% (cinquenta por cento) para o réu e 50% (cinquenta por cento) para os autores sucumbentes, além de honorários advocatícios, estes que ora arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (CPC, art. 20, § 3º), para os procuradores do autor, e em R\$ 700,00 (setecentos reais) (CPC, art. 20, § 4º), para os procuradores do réu, observado o disposto nos arts. 11 e 12, da Lei 1.060/50.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Londrina, 04 de outubro de 2010.

José Ricardo Alvarez Vianna
Juiz de Direito